

Opinião

Inovar para fomentar

tíveis nas frotas de veículos dos países, que precisam reduzir emissões de gases poluentes.

Hoje, segundo o presidente da consultoria Datagro, Plínio Nastari, produzimos cerca de 7 mil litros de álcool por hectare de cana-de-açúcar a um custo médio de US\$ 1,6 por galão, enquanto a gasolina no mercado livre mundial é cotada a US\$ 2,8. Isso em um cenário em que o barril do petróleo atinge valores estratosféricos (US\$ 120), com tendência de alta *ad aeternum*.

Atualmente, o Brasil tem 276 milhões de hectares de terras cultiváveis. Desse total, 72% são pastagens naturais/cultivadas, 16,9% são para grãos e somente 2,81% são para cana-de-açúcar, que ocupa apenas 7,8 milhões de hectares, dos quais 4,4 milhões para o álcool.

Em números absolutos, as culturas anuais e permanentes ocupam 72 milhões de hectares, existem ainda 71 milhões de hectares inexplorados disponíveis para agricultura e 172 milhões de hectares de pastagens, com sua recuperação e integração com lavouras, onde a cana avança. Como podemos observar, temos campo para incorporar novas áreas, aproximadamente 100 milhões de hectares, sem dano ambiental.

Além disso, estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta que, neste ano, a safra atinja um recorde de 142 milhões de toneladas de grãos. O volume representa um crescimento de mais de 120% em apenas dez anos – a safra 1997/1998 foi de 76,558 milhões de toneladas de grãos. Com todas essas estatísticas, que atestam a coexistência entre biocombustíveis e alimentos no Brasil, fica difícil taxar o País como vilão da escassez e/ou aumento do preço dos alimentos. ■



João Sampaio*

POLÍTICAS AGRÍCOLAS de incentivo à produção devem ser utilizadas pelos governantes e servir de sustentação ao desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. Os números indicam que a quantidade de alimentos consumida por pessoa é 24% maior que há 40 anos. Fomentar o cultivo e criar dispositivos de apoio ao agricultor é missão dos governos.

O estado de São Paulo inaugurou um modelo novo com o subsídio aos juros. O produtor terá “juro zero” para o pagamento em até cinco anos do financiamento de seis mil tratores oferecidos para a safra 2008/2009. A aquisição será em leilão reverso, em que os fabricantes registram os preços para dois mil tratores de cada categoria, respectivamente de 55CV, 75 CV e 90CV. Aquele que oferecer o menor preço vende o lote.

O crédito é válido aos pequenos e médios agricultores, com renda bruta anual de até R\$ 400 mil. Para se ter uma idéia, seis mil tratores representam mais de 15% das vendas anuais das empresas no Brasil.

Mais que nunca, os termos *food insurance* e *food security* caminham juntos, não basta apenas garantir a produção, mas também a sua qualidade. Em função desse paradigma, o governo do estado lançou um crédito para investimentos em infraestrutura e adequações das propriedades que tenham projetos técnicos buscando certificação. Em vez de oferecer certifica-

dos ou entrar em áreas em que não tem competência, ou que não são da sua atribuição, o estado deve colocar ao alcance do produtor recursos a juros baratos, no caso, de 3% ao ano, para que ele entre no mercado competitivo com certificação.

O atual aumento nos preços dos alimentos carrega uma característica diferenciada, decorre muito mais de uma crise de demanda (aquecida) que de carência de oferta. Registramos safras recordes, principalmente no Brasil, com expectativa de 142 milhões de toneladas na safra de grãos. Em contraposição, dados das Nações Unidas mostram que, em 1965, a porcentagem da população mundial que vivia com menos de 2 mil calorias dieta/dia era de 57%. Com a entrada maciça de chineses, indianos e brasileiros, hoje é de 10%.

Oferecer ao mundo alimento em quantidade suficiente e de qualidade garantida deve ser o desafio dos formuladores de políticas agrícolas. Criar as condições preveniria contra as intermináveis renegociações de dívidas rurais às quais somos expostos, alimentando a imagem de setor protegido e socorrido por sucessivos governos. O equívoco não está no socorro, mas nas medidas que antecedem ao endividamento, pois dar acesso ao crédito e a instrumentos de seguro rural evitariam a dívida.

O cuidado do Poder Público quando intervém na produção deve ser redobrado, porque os efeitos podem ser desastrosos e, muitas vezes, a sua interferência nem precisa ser direta para provocar efeitos colaterais. Caso típico é o do preço do óleo diesel, que impacta nos custos de produção, causa retração da oferta e conseqüente aumento de preços dos produtos. Para a população urbana, a correlação não é aparente e, para o governo federal, às vezes, ela é escondida. Aumentar preços na bomba de gasolina é evidentemente mais impopular.

Para incentivar a produção é preciso olhar técnico e apurado, criar políticas agrícolas de médio e longo prazo requer ainda mais planejamento, particularmente neste momento em que o mundo recorre ao Brasil para o fornecimento de grãos e proteínas. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo